

Práticas de preservação do acervo de obras raras do Centro de Memória da Amazônia: o caso Severa Romana

Preservation practices in the rare works section of the Amazon Memory Center: analysis related to the Severa Romana's process

Ruan Denner Gomes de Castro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2886-9707>
Graduado na Faculdade de Arquivologia pela Universidade Federal do Pará
ruancastro0310fr@gmail.com

Roberto Lopes dos Santos Junior

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6063-920X>
Doutor em Ciência da Informação pelo convênio UFRJ/IBICT
Professor da Faculdade de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação pela Universidade Federal do Pará.
bobblopes@hotmail.com

RESUMO: Análise das estratégias de preservação sobre o processo criminal de Severa Romana, jovem assassinada no final do século dezenove e alçada ao status de “santa” na realidade belenense, localizado no acervo de obras raras do Centro de Memória da Amazônia (CMA), em Belém. A pesquisa baseia-se em levantamento bibliográfico e estudo de caso, sendo utilizados para coleta de dados questionários e entrevistas dos funcionários do Centro de Memória da Amazônia. O objetivo da pesquisa foi, ao analisar o processo criminal, verificar o potencial das técnicas aplicadas de preservação e conservação para a difusão e revitalização da memória sobre Severa Romana. A pesquisa identificou que, apesar de estratégias localizadas de preservação, em especial ligadas a higienização, o potencial de acesso e difusão é apenas vislumbrado, devido a restrições de consulta oferecidos ao processo, cogitando-se diferentes formas de divulgação dessa documentação a partir de

formatos digitais.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação. Centro de Memória da Amazônia. Severa Romana.

ABSTRACT: Analysis of the preservation strategies on the Severa Romana's criminal process, a young woman murdered in the end of the nineteenth century and raised to the status of "saint" in Belem, located in the rare works collection of the Amazon Memory Center (AMC). The research was based on a bibliographical survey and case study, using questionnaires and interviews for AMC's employees to collect data. The research was conducted aiming to identify the potential of the preservation and conservation techniques in these documentary items to diffuse and revitalize the memory of Severa Romana. The research identified that, although was localized preservation strategies, especially related to the cleaning practices, the potential of access and diffusion is only glimpsed, due to consult restrictions offered to the process, considering different ways to accessing this documentation, especially by digital formats.

KEYWORDS: Preservation. Amazon Memory Center. Severa Romana.

1 Introdução

O homem sempre buscou meios de registrar as suas ações, sendo os suportes utilizados para disseminação do conhecimento variando entre pedras, ossos, placas de bronze, tabuletas de argila ou cera, papiros, peças de linho, seda, pergaminhos, fotografias e o papel (YAMASHITA; PALETTA, 2006).

O papel, com origens na China no século II d. C., no decorrer dos séculos se consolidou como o principal meio de registro informacional, atualmente ainda sendo o suporte mais utilizado, mesmo com o advento das novas tecnologias da informação.

Entretanto, há também a preocupação com a deterioração desse suporte, havendo a necessidade de métodos para garantir a manutenção de sua integridade, através da preservação e conservação, visando a prevenção ou interrupção de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo. Historicamente, a preocupação com a preservação é relativamente recente no Brasil, com raízes na

criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1937, com suas ações voltadas à documentação, restauração, conservação e preservação (COSTA, 2010).

Diante dessa abordagem, o presente estudo discute os procedimentos de preservação de documentos em suporte papel no processo criminal de Severa Romana, que se encontra no acervo de obras raras do Centro de Memória da Amazônia, localizado em Belém, Pará, objetivando evidenciar a importância da salvaguarda das informações do documento arquivístico para posterior acesso e divulgação.

Severa Romana, filha de imigrantes italianos, era casada com o soldado Pedro Cavalcante d'Oliveira, sendo assassinada no dia 02 de julho de 1900, aos 19 anos e grávida. O crime chocou a sociedade belenense por sua brutalidade: uma jovem esfaqueada no interior de sua residência por um cabo do Batalhão de Infantaria. Ao longo dos anos houve a construção da imagem de “santa do povo” de Severa, ficando na memória como símbolo de fidelidade conjugal (LACERDA, 2012)

Devido à comoção popular em torno de sua trágica história, tal fato colaborou para o início da devoção através de grupos sociais da época, que criaram, no decorrer do século vinte, a tradição de cultuá-la, possibilitando passar, de geração a geração, memórias individuais e coletivas sobre o ocorrido. Para Costa (2016) a memória individual existe sempre a partir da memória coletiva, visto que a mesma não pode se consolidar isoladamente dentro de um grupo social. Dessa maneira, é possível compreender a construção da imagem de “heroína da honra” e, posteriormente, de “santa popular” de Severa no imaginário popular de Belém.

Os documentos do processo criminal da Severa ficaram perdidos, por mais de um século, em meio à documentação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE/PA). Em 2007, com a criação do Centro de Memória da Amazônia, importante local de recuperação da história documental belenense, e a cessão de parte do acervo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, os documentos referentes ao processo criminal foram encontrados.

Em virtude do período em que o documento foi registrado, seu acondicionamento e manuseio acabaram por ocasionar a aceleração do seu processo de degradação. Com base nessa constatação, este trabalho, a partir de visitas ao Centro de Memória da Amazônia e na análise *in loco* do processo criminal de Severa Romana, teve como objetivo demonstrar a necessidade da aplicação das práticas de preservação e conservação das informações desse processo, identificando a implantação de meios para prolongar a vida útil dos documentos, garantindo assim tanto o acesso à informação, quanto a recuperação da história e memória de Severa Romana.

A presente pesquisa inicialmente fez breve análise sobre o suporte papel, identificando sua evolução, principais características e estratégias de preservação. Posteriormente realizou-se breve histórico do caso Severa Romana e, por fim, foram feitas a análise de dados no Centro de Memória da Amazônia – (CMA), focando nas práticas preservacionistas no acervo de Severa Romana.

2 Suporte papel: Histórico e características

A partir dos séculos I e II d. C., os suportes constituídos de fibras vegetais, foram os que se estabeleceram como suporte para o registro informacional, devido a sua maior leveza e praticidade (TEIXEIRA et al, 2017). Apesar de existirem controvérsias sobre como se originou o papel, há um consenso, segundo Fritoli, Krüger, e Carvalho (2016, p. 477), de que

A origem do papel está na China. Atribui-se sua criação ao oficial T'Sai Lun, que em 105 d.C., durante uma estada em Pequim, observou as vespas triturando fibras vegetais de bambu e amoreira, obtendo uma pasta celulósica que era utilizada na construção de ninhos.

Ainda segundo Fritoli, Krüger, e Carvalho (2016, p. 478) a “difusão da técnica de fabricação do papel seguiu a expansão geográfica dos domínios árabes”, seguindo

para Bagdá, Cairo, até ser levado à Europa, no Século XI, especificamente na cidade de Játiva. Nos séculos seguintes “surge, na cidade de Fabriano, Itália, outra fábrica de papel, onde foi criada a maneira de identificar o papel por meio de marcas d’água ou filigranas” (FRITOLI; KRÜGER; CARVALHO, 2016, p.478). A partir das grandes navegações e os movimentos de colonização nos séculos XVI e XVII, o papel foi difundido da Europa para outros continentes.

O processo de fabricação continuou artesanal até o século XVIII. Em 1798, o francês Louis Nicolas Robert, patenteou uma máquina para fazer “papel de grande comprimento” ou “fitas de papel”, entretanto não obteve sucesso. Porém, a partir da invenção de Robert, os irmãos Henry e Sealy Fourdrinier conseguiram desenvolver uma máquina de tela plana, capaz de fabricar papel de folha contínua. No século XIX, a partir dos avanços na composição química do papel, a fabricação passou a ser feita em escala industrial (FRITOLI; KRÜGER; CARVALHO, 2016).

A matéria-prima que se origina o papel, é a celulose. Segundo Teixeira et al (2017, p.1368) é “um polímero de cadeia longa, muito abundante na madeira, podendo também ser encontrado em folhosas e em frutos, como o algodão. Esse polímero é formado por unidades monoméricas de glicose”.

Na Europa, o papel ficou conhecido como “papel-trapo”, por conta da utilização de trapos brancos de tecidos, feitos de linho e cânhamo. A partir da segunda metade do século XIX, a madeira começa a substituir os trapos na fabricação de papel, o que continua até hoje (FRITOLI; KRÜGER; CARVALHO, 2016, p.482).

A indústria de papel no Brasil teve desenvolvimento tardio, com a criação da primeira fábrica no país datando entre 1808 a 1810, com a chegada da família real e da corte portuguesa (TEIXEIRA et al, 2017). Em 1837 surge a indústria de André Gaillard e, em 1841, a de Zeferino Ferrez, expandindo a produção de papel no Brasil. No início do século XX, teve início a utilização do eucalipto como matéria-prima para a celulose, mas foi somente entre 1957 e 1958 que ocorreu a produção industrial massiva de celulose de eucalipto no Brasil (TEIXEIRA et al,2017).

Atualmente, 95% da produção industrial de papel no Brasil tem como matéria-prima a madeira reflorestada pinus e eucalipto. (FRITOLI; KRÜGER; CARVALHO, 2016).

3 Preservação de documentos

A preservação de documentos de arquivo se dá em virtude dos procedimentos adotados em sua produção, tramitação, acondicionamento e armazenamento físico (CONARQ, 2005). A definição de preservação de documentos, segundo o Dicionário brasileiro de terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005) é a prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico.

Segundo Costa (2003, p.3), a preservação é

O conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a proteção do patrimônio. Ex.: Leis, Campanhas, Congresso, etc. E a conservação é o levantamento, estudo e controle das causas de degradação, permitindo a adoção de medidas de prevenção. É um procedimento prático aplicado na preservação. Ex.: Diagnóstico, monitoramento ambiental, vistoria, etc.

É necessário um planejamento institucional para a realização da atividade de preservação, devido a necessidade de ações voltadas à gestão. A preservação é, como uma disciplina de arquivo, de caráter multidisciplinar, com forte conotação administrativo-gerencial de recursos financeiros, humanos e materiais (HOLLÓS, 2010).

Os acervos de bibliotecas e arquivos são em geral constituídos de livros, mapas, fotografias, obras de arte, revistas, manuscritos etc. que utilizam, em grande parte,

o papel como suporte da informação, além de tintas das mais diversas composições (CASSARES, 2000). Conforme Spinelli, Brandão e França (2011, p. 6)

O papel é uma lâmina que se obtém a partir da união de fibras de origem vegetal (compostas por uma proporção variável de celulose), previamente tratadas e refinadas e as quais são adicionados outros materiais, tais como: colas, cargas, pigmentos, etc. As fibras sobre-põem-se e são prensadas entre placas de feltro em grandes prensas.

Desse modo, segundo Cassares (2000), a degradação da celulose ocorre quando agentes nocivos atacam as ligações celulósicas, rompendo-as ou fazendo com que se agreguem a elas novos componentes que, uma vez instalados na molécula, desencadeiam reações químicas que levam ao rompimento das cadeias celulósicas. Para Spinelli, Brandão e França (2011) a preservação e a conservação de documentos em papel exigem um conhecimento amplo sobre as deteriorações que os atingem. Estas em geral costumam apresentar fatores internos e externos que irão degradar o suporte.

De acordo com Mársico (2006, p.3), os fatores internos são:

Males inerentes à própria estrutura do papel e se originam do processo de feitura a que foi submetido. Dependem basicamente da qualidade da fibra e do tipo de encolagem utilizados na confecção do papel. Sendo assim, o único meio de minimizar esses fatores é através da estabilização das condições ambientais do local de guarda e do manuseio do público.

Já os externos são relacionados às condições em que esses materiais estão guardados. A partir disso, podem-se classificar também os agentes de deterioração respectivamente em fatores ambientais, biológicos e manuseio inadequado.

Os agentes ambientais são aqueles que existem no ambiente físico do acervo.

Problemas ligados a umidade e a temperatura são, de acordo com Mársico (2006), “extremamente comuns à nossa realidade de país de clima tropical”.

Segundo Spinelli e Pedersoli Jr (2010, p. 28):

Temperaturas demasiado elevadas ou baixas, assim como flutuações de temperatura de amplitudes significativas, podem ocasionar danos a certos materiais do patrimônio cultural. As temperaturas elevadas acarretam danos químicos (acelerando as diferentes reações de degradação), físicos (deformações, ressecamento, fraturas, derretimento, resultantes do aquecimento de materiais) e biológicos (favorecendo o desenvolvimento de microrganismos e o metabolismo de certos tipos de pragas).

Diante disso, Cassares (2000, p.15) diz que o “recomendado é manter a temperatura o mais próximo possível de 20°C e a umidade relativa de 45% a 50%, evitando-se de todas as formas as oscilações de 3°C de temperatura e 10% de umidade relativa”.

Já a radiação de luz provoca a degradação da celulose por processo de fotodegradação, rompendo a estrutura da fibra do papel. Esse tipo de degradação é também conhecido como envelhecimento precoce ou acelerado (MÁRSICO, 2006). Toda fonte de luz, seja ela natural ou artificial - radiação visível, radiação ultravioleta (UV) e a radiação infravermelha (IR) - é nociva ao papel, provocando consideráveis danos através da oxidação (CASSARES, 2000).

Recomenda-se, a partir disso, a adoção de meios para evitar danos relacionados a luz, onde, segundo Cassares (2000, p. 16)

As janelas devem ser protegidas por cortinas ou persianas que bloqueiam totalmente o sol; essa medida também ajuda no controle de temperatura, minimizando a geração de calor durante o dia. Filtros feitos de filmes especiais também ajudam no controle da radiação UV,

tanto nos vidros de janelas quanto em lâmpadas fluorescentes (esses filmes têm prazo de vida limitado).

Os agentes biológicos de deterioração de acervos são, entre outros, os insetos (baratas, brocas, cupins), os roedores e os fungos, cuja presença depende das condições ambientais e de higiene existentes nas dependências onde se encontram os documentos (CASSARES, 2000). Mársico (2006, p.4) complementa que esses “agentes biológicos de degradação, são causadores de danos irremediáveis ao acervo e também à segurança do prédio. ”

Para evitar a proliferação desses agentes biológicos, é necessário a adoção de estratégias preventivas, como, segundo Mársico (2006, p.5):

- Manter o local de guarda do acervo longe de fontes de alimentos;
- Evitar comer e manter alimentos no local de guarda do acervo;
- Evitar que a cantina ou refeitório fiquem em sala ao lado de guarda do acervo;
- Retirar o lixo do dia após o final do expediente, evitando o pernoite do lixo;
- Substituir os vidros quebrados das janelas;
- Arejar os armários onde os livros estejam guardados, abrindo suas portas por algumas horas;

O manuseio inadequado dos documentos é um fator de degradação muito frequente em qualquer tipo de acervo. Costa (2003, p.6) afirma que:

Também são nocivos os maus tratos como: rasgar, riscar, dobrar, escrever, marcar, colocar cliques, grampos metálicos, colar fitas, etc. Essas atitudes são comuns, tendo-se tornado um hábito entre as pessoas que não pensam na preservação do documento e que se importam apenas com a informação contida no mesmo, não levando em consideração os danos, muitas vezes irreversíveis, que estão causando.

Cita-se também a necessidade de higienização preventiva nessa documentação, de forma mais geral, ligada a limpeza do local e das estantes onde armazenam os documentos, ou pormenorizadamente, na própria documentação, a partir de material e práticas específicas (CASSARES, 2000).

Nesse sentido, a preservação é importante para a conscientização do modo de utilização dos documentos de arquivo, com isso permitindo a salvaguarda do suporte quanto às informações contidas no mesmo.

4 Histórico do caso de Severa Romana

Severa Maria da Conceição Romana Ferreira, filha de imigrantes italianos, natural do estado do Maranhão, casou-se, em 1898, com o soldado Pedro Cavalcante d'Oliveira, do 15º Batalhão de Infantaria, mudando-se para Belém, no bairro de Nazaré. Pelos registros da época foi descrita como “mulher honrada, fiel aos deveres conjugais e digna de honestidade e respeito”. Severa, entre 1899 e 1900, grávida, trabalhava como lavadeira e fornecia alimentação na casa onde residia (LACERDA, 2012; COSTA, 2016).

No mês de fevereiro de 1900, o cabo Antônio Ferreira dos Santos conhece Severa por intermédio de Pedro Cavalcante, então companheiro de quartel. Logo, o cabo pediu que Severa cuidasse de suas roupas, e algum tempo depois, como afirma Pedro, o cabo Antônio “(...) fallou com a proprietaria da casa em que ele respondente era inquilino para lhe alugar uma sala, a fim de fazer ali a sua pousada (...)” (Processo Criminal de Severa Romana apud Costa, 2016).

Contudo, apesar da acolhida do casal, o cabo, aproveitando a ausência de Pedro, lotado no quartel, tentou manter relações sexuais com Severa. Após ela recusar suas investidas, ele desferiu dois golpes de navalha, assassinando-a, fugindo após o crime. Logo após o assassinato, houve a abertura do processo criminal pela morte de Severa. O julgamento se estendeu por meses, até que o cabo Antônio foi condenado,

a cumprir na cadeia pública da capital, a pena de 30 anos de prisão. O processo, então, foi arquivado e ao longo dos anos perdido em meio à vasta documentação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (LACERDA, 2012; COSTA, 2016).

A morte de Severa Romana repercutiu na Cidade de Belém no início do século XX. A proporção cada vez mais crescente da história de Severa deu-se em virtude de como alguns jornais da época, como a “Folha do Norte” e “A Província do Pará” noticiaram o assassinato, com tons de sensacionalismo. Este acontecimento reforçou a repulsa das classes sociais da época, que demonstraram solidariedade com a jovem assassinada, que morreu para proteger sua honra e tornou-se um símbolo de fidelidade conjugal. A repercussão na época foi tão intensa que até jornais da capital Rio de Janeiro noticiaram o ocorrido, focando na inauguração da sepultura de Severa e sobre seu assassino (LACERDA, 2012).

Na manhã do dia 12 de agosto de 1900, houve a romaria dos piedosos, no qual seria o descanso final de Severa onde, segundo Calderaro (2007, p.114), “eram em número de mais de quinhentas pessoas que foram ao cemitério visitar o túmulo de Severa”. A partir dessa procissão, o culto à Severa, e a admiração popular, através da piedade pública pela “heroína do dever conjugal”, se iniciava, caracterizando-a como ‘símbolo de honra e da virtude’ e, gradativamente, ganhando ares “santificados”.

Seu túmulo passou a receber assíduas visitas, onde os frequentadores iam fazer suas preces e prestar homenagens. Segundo Calderaro (2007) a simbologia de fé e esperança, mediante a devoção e as inúmeras (pretensas) graças alcançadas, fizeram com que sua história se tornasse mais conhecida e sua imagem de “santa popular” se firmasse no imaginário Paraense.

Essa popularidade foi retratada na literatura, teatro, cinema e música. Um exemplo diz respeito a literatura de cordel intitulado “História completa de Severa Romana” (Imagem 1), que circulava na década de 1940 na cidade de Belém, e reeditado pela Editora da UFPA, sem data, com introdução de Vicente Salles e atualização linguística (COSTA, 2016).

Figura 1 - Na imagem do lado esquerdo, cordel que circulava na década de 40, e a direita a edição mais recente da EDUFPA.



Fonte: Jares (2009¹).

Outros exemplos dessa popularidade foram a obra “Severa Romana, a mártir paraense”, publicado em 1957 pelo pesquisador paraense Jacques Flores e, em 1969, Nazareno Tourinho lançando a peça de teatro “Severa Romana”. Neste mesmo ano, no Rio de Janeiro, houve a criação do Instituto Severa Romana, associação não governamental beneficente de assistência social, que realiza serviço de atendimento a crianças e adolescentes com deficiência mental² (COSTA, 2016; LACERDA, 2012). No século XXI, o autor Jorge Calderaro, em 2007, lança a obra *Severa Romana: Santa popular e Heroína da Honra*, indicando a continuidade do culto a Severa pelo público belenense.

Em 1977, houve a criação da oração à Severa por Dom Alberto Gaudêncio Ramos, então Arcebispo de Belém, e na década de 1980, deu-se início o processo de beatificação, sendo incumbido para isso o padre Vicente Schiena (CALDERARO, 2007). Após reunir documentos e esperar a contribuição de fiéis que tivessem graças e milagres alcançados, o padre veio a falecer em maio de 1991, deixando

¹ Documento on-line não paginado

² Informações sobre o instituto podem ser encontradas no site <http://www.isr.org.br/> Acesso em 05/01/2019

apenas a intenção da beatificação de Severa, interrompida devido à falta de maior documentação comprobatória de seu processo criminal e das graças atribuídas (CALDERARO, 2007; COSTA, 2016).

A História de Severa está fortemente ligada à questão da memória onde, a partir da imagem que permaneceu no pensamento popular, perpetuando-se através da memória oral, é possível identificar que a memória coletiva existe a partir de diversas memórias individuais que, em conjunto, solidificam uma visão ou ideia sobre determinado fato social (SILVA; LEHMKUHL, 2016).

Segundo Halbwachs (1990, p. 36) a memória coletiva se faz presente quando: “evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que consideramos, no momento em que nos lembramos, o ponto de vista desse grupo”. Sendo assim, entende-se que esse “fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não for levado em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória” (SILVA, 2016, p.247).

Após 2007, com a redescoberta do processo criminal de Severa, houveram novas análises sobre a memória exercida por essa personagem, e dados sobre sua vida e assassinato. Nessa pesquisa, foca-se, nos tópicos a seguir, os processos de salvaguarda e acesso desses itens documentais.

5 Metodologia

A pesquisa realizada é um estudo de caso, de tipo exploratório e descritivo, no qual se pretende fazer uma abordagem sobre como a preservação está sendo realizada no acervo de obras raras do Centro de Memória da Amazônia, no processo criminal de Severa Romana, focando também no potencial de acesso e divulgação desse material.

Segundo Eisendhardt (1989), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa

que foca em compreender a dinâmica apresentada dentro de contextos específicos. Já a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses (GIL, 2002), enquanto que a pesquisa descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p.42).

O trabalho também realizou pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica serviu para auxiliar e delimitar a temática abordada constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002), e a pesquisa qualitativa preocupando-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

Foram relatadas as visitas ocorridas no segundo semestre de 2018 no acervo de obras raras do Centro de Memória da Amazônia, inicialmente analisando as suas condições físicas, e as práticas de preservação utilizadas no acervo. Os instrumentos utilizados como coleta de dados foram por meio de entrevistas e questionário (em anexo) com os funcionários, identificando de forma pormenorizada as estratégias de preservação realizadas no processo de Severa Romana e os procedimentos de consulta desses documentos na instituição.

6 Centro de memória da Amazônia (CMA): Informações gerais e o acervo de Severa Romana

O Centro de Memória da Amazônia - CMA foi criado por intermédio do convênio firmado entre a UFPA e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará em 31 de janeiro 2007. Com ele, houve a cessão e guarda do acervo à Universidade Federal do Pará. O CMA é caracterizado como um centro fomentador e mantenedor de pesquisa (MARTINS; MARTINS, 2013). O local que abriga o acervo é da antiga gráfica da Universidade, no bairro do Reduto, a qual foi reformada, mantendo sua

arquitetura original. O espaço abriga a biblioteca, seção de obras raras, auditório multifuncional, além de salas de pesquisa, exposição, de vídeo, e aula.

O acervo do Centro de Memória da Amazônia é constituído pelo “arquivo inativo” do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, composto por cerca de 2 km lineares de processos judiciais, da capital e do interior, que datam entre 1785 a 1970, os quais abordam conflitos fundiários, transações comerciais, de migração e imigração na Amazônia, estatutos, inquéritos policiais e documentos de questões religiosas e familiares.

Esse acervo fica em um espaço amplo, localizado no térreo do prédio. O mesmo (Imagem 2) está dividido em duas seções, nas quais se encontra a massa documental: a de origem cível e criminal, e a seção de obras raras, onde estão os itens documentais que o CMA custodia como, por exemplo, o inventário do intendente Antônio Lemos, as cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe, entre outros.

Figura 2 - Área onde está localizado o acervo.



Fonte: Dados da pesquisa.

O acesso ao acervo é aberto ao público, disponível para professores, estudantes e pesquisadores. O funcionamento para pesquisas é feito de segunda a sexta das 9h

às 17h. A demanda de público que frequenta, em sua grande maioria, são estudantes de graduação, principalmente do curso de História da Universidade Federal do Pará, recebendo também pesquisadores e graduandos de outras áreas.

A partir do questionário apresentado aos funcionários, foi informado que, após décadas perdido, com a criação da sessão da documentação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará no Centro de Memória da Amazônia, e através de levantamento e organização do acervo, foi possível encontrar, em 2007, o processo criminal de Severa Romana.

Foi identificado também que o processo criminal de Severa é constituído por suporte de papel e tem como partes constituintes dados da investigação e laudos. O Processo está acondicionado dentro de arquivo deslizante, em prateleiras (imagem 3), localizado na seção de obras raras. Está armazenado em uma caixa, dentro de um invólucro feito de papel e amarrado com um cadarço sarjado branco para garantir estabilidade à documentação (imagem 4). É importante ressaltar que o arquivo deslizante é sempre mantido trancado, sem contato com iluminação externa ou outro tipo de iluminação.

Figura 3 - Prateleira que está acondicionado o Processo de Severa Romana.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4 - Invólucro onde está localizado o Processo Criminal.



Fonte: Dados da pesquisa.

Foi informado também que, no que se refere ao manuseio, quando o processo era solicitado, não poderia receber o contato direto com as mãos, onde o pesquisador só poderia ter acesso físico se estivesse com luvas e máscaras, tendo auxílio do bolsista responsável. Atualmente, não está sendo disponibilizado para pesquisa física, devido à fragilidade e deterioração da documentação ao longo dos anos. Para atender a demanda de pesquisa quanto a consultas, é disponibilizado o processo digitalizado nos computadores do CMA e enviado para o e-mail do solicitante.

Segundo as informações coletadas, as práticas de preservação e conservação dos documentos executados no Centro de Memória da Amazônia são a higienização dos documentos que compõe o processo criminal, o qual é limpo, periodicamente, com pincéis e trinchas para retirar as impurezas, sendo executada a remoção de qualquer artefato de metal que possa danificar os documentos e, periodicamente, é feita a limpeza do ambiente em que o acervo se encontra. Não existe controle de temperatura e umidades relativas, o que acaba por deixar o arquivo em uma temperatura próxima ao ambiente externo. Atualmente, a climatização da área do acervo está parada, devido à falta de manutenção nas centrais de ar condicionado. Em relação à prevenção da atuação de agentes biológicos é realizada a dedetização do espaço com frequência de três em três meses.

O CMA não possui dados quantitativos em relação às pesquisas do processo criminal. Quando é solicitado pesquisa no acervo, o pesquisador assina um termo de compromisso e neste consta o documento pesquisado.

7 Considerações finais

Este trabalho analisou os métodos e práticas de preservação do processo criminal de Severa Romana, visando permitir a implantação de medidas eficazes para a prorrogação da vida útil dos documentos que constituem esse processo.

É necessário compreender que os métodos e práticas de preservação estão em constante mudança e há a tendência de surgimento de novos procedimentos para preservar os documentos, compelindo as instituições e profissionais da área acompanhá-los, garantindo a continuidade de diretrizes da preservação documental.

É importante ressaltar também o que significa preservar o processo criminal sobre esse caso, pois ele possui um caráter probatório onde, até sua redescoberta, não era possível comprovar de forma aprofundada que Severa realmente existiu, devido a sua história ser conhecida por muitos como “mito” ou “lenda”, intensificado pela repercussão exagerada oferecida pelos jornais da época. Esse processo permitiu também conhecer quem foi Severa Romana, como ela era descrita por seus vizinhos e conhecidos, compreender as circunstâncias de seu assassinato, identificando indiretamente seu processo de ‘santificação popular’ e a memória de “heroína da honra”, como foi conhecida na Cidade de Belém.

A partir da análise realizada no acervo do Centro de Memória da Amazônia, foram identificados pormenorizadamente os processos de preservação na documentação de Severa, e a existência de garantias da prolongação da vida útil dos documentos, mesmo que parte desse processo encontra-se deteriorado.

As práticas desenvolvidas atualmente e que garantem a preservação são ligadas a higienização e acondicionamento, feitos adequadamente. Em relação a fragilidades,

cita-se a necessidade de o ar-condicionado ter manutenção preventiva, visto que os mesmos por vezes apresentam defeito, e a necessidade da inclusão de desumidificadores, pelo fato do clima da região não ser adequado para a conservação de documentos em suporte de papel, beneficiando assim não somente o processo de Severa, mas outros documentos de valor memorial da cidade de Belém custodiados pelo Centro de Memória da Amazônia.

Outro fator a ser citado é a disponibilização do processo, atualmente através da digitalização da documentação e seu envio via correio eletrônico. Inicialmente, não foram identificados de forma pormenorizada dados sobre as consultas, em parte pelos bolsistas responsáveis estarem recentemente trabalhando no acervo. Pretende-se, em análises posteriores, a obtenção de informações sobre a frequência de consulta, e dados quantitativos e qualitativos desse acesso, apenas vislumbrados nessa pesquisa.

Identifica-se, a partir do processo de Severa, o potencial de preservação e do acesso para essa documentação, e da continuidade de pesquisas acerca dessa personagem belenense, gradativamente saindo de um caráter “mítico” para uma visão histórica.

Referências:

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

CALDERARO, J. **Severa Romana: “Santa Popular e Heroína da Honra”**. Belém: Editora Calderaro, 2007.

CASSARES, N. C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2000.

CONARQ. **Câmara Técnica de Preservação de Documentos. Recomendações para a Produção e o Armazenamento de Documentos de Arquivo**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2005.

COSTA, A. A. N. A preservação documental no Brasil: notas para uma reflexão histórica. **Acervo**, v. 23, n.2, p.31-46, 2010.

COSTA, J. M. Q. Severa romana: História e Memória da “heróina da honra”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM MEMÓRIA SOCIAL, 2 2016, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro, PPGMS/Unirio, 2016. Disponível em: <http://seminariosmemoriasocial.pro.br/wp-content/uploads/2016/03/B013-JESSICA-COSTA-normalizado.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

COSTA, M. F. **Noções básicas de conservação preventiva de documentos**. São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/normas_conservacao_fio_cruz_1358966008.pdf. Acesso: 13 nov.2018.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of management review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

FRITOLI, C.L.; KRÜGER, E.L.; CARVALHO, S. K. P. História do papel: panorama evolutivo das técnicas de produção e implicações para sua preservação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 9, p. 475-502, 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLLÓS, A. C. Fundamentos da preservação documental no Brasil. **Acervo**, v. 25, n. 2, p. 13-30, 2010.

JARES, Fernando. **Será esta uma santa do Pará?**. 2009. Disponível em: http://pelasruasdebelem.zip.net/arch2009-07-01_2009-07-31.html. Acesso em: 20 abr. 2019.

LACERDA, F. G. Merecedoras das páginas da história: memórias e representações da vida e da morte femininas (Belém, séculos XIX e XX). **Cadernos Pagu**, v. 38, p. 395-423, 2012.

MÁRSICO, M. A. V. **Noções básicas de conservação de livros e documentos**. (Curso de conservação e restauração de acervos bibliográficos). Rio de Janeiro: Redarte, 2006.

MARTINS, E. E.; MARTINS, E. E. Centro de Memória da Amazônia no processo de preservação da memória social: a iniciativa que salvou parte da história do estado do Pará, sob o risco de deterioração. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, p.1-9, 2013.

MEIRA, M. S. B. S. O trabalho de preservação documental no superior tribunal de justiça: desafios de uma documentação em diversos suportes. **Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação**, v.1, n.5, p. 252 - 255, 2007.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

REILLY, J. M.; NISHIMURA D. W; ZINN E. **Novas Ferramentas para preservação**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

SILVA, A. N. B. et al. Memoriais e centros de memória da cidade de fortaleza: contribuições no acesso à informação e ao patrimônio. **Folha de Rosto**, v. 3, n. 1, p.32-40, 2017.

SILVA, E. C. L.; LEHMKUHL, C. S. O registro civil enquanto memória individual e coletiva. XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, **Anais eletrônicos**. Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/4022/2605> Acesso em: 02 nov. 2018.

SILVA, G. F. A memória coletiva. **Revista Aedos**, v.8, n.18, p.247-523, 2016.

SPINELLI, J.; BRANDÃO, E.; FRANÇA, C. **Manual técnico de preservação e conservação: documentos extrajudiciais: CNJ**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional /Biblioteca Nacional, 2011.

SPINELLI, J.; PEDERSOLI JR., J. L. **Plano de Gerenciamento de Risco – Salvaguarda e Emergência da Biblioteca Nacional**, 2010. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg_plano_risco_por/drg_plano_risco_por.pdf. Acesso em: 08 nov. 2017.

TEIXEIRA, M. B. D.; OLIVEIRA, R. A.; GATTI, T. H.; SUAREZ, P. A. Z. O Papel: Uma Breve Revisão Histórica, Descrição da Tecnologia Industrial de Produção e Experimentos para Obtenção de Folhas Artesanais. **Revista Virtual de Química**, v. 9, n.3, p. 1364-1380, 2017.

YAMASHITA, M. M; PALETTA, F. A. C. Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais. **Arquivística.net**, v. 2, n. 2, p. 172-184, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA

Questionário sobre as práticas de preservação do acervo de obras raras do Centro de Memória da Amazônia (CMA): o caso Severa Romana.

Entrevistado (a):

Cargo/Função:

- 1) Qual o histórico do processo Severa Romana no CMA? Quando e como ele foi reencontrado no órgão?
- 2) Quais são as partes constituintes do Processo Criminal de Severa Romana?
- 3) Quantos itens documentais constituem o Processo Criminal? R:
- 4) Quais os tipos de suporte que constituem o Processo (papel, eletrônico...)? R:
- 5) Como está o estado de conservação do Processo Criminal? R:
- 6) Existe uma política, programa ou um plano de preservação e conservação destes documentos? R:
- 7) Quais as práticas de preservação realizadas para prolongar a vida útil do Processo Criminal?
- 8) Existe controle de temperatura e umidade relativas, na sala de arquivo deste acervo? Quais são? R:
- 9) Existem iniciativas de prevenção da atuação de agentes biológicos (insetos, roedores) nesse processo?
- 10) Os documentos são higienizados? (De que forma?)
- 11) Houve algum tipo de restauração desse processo?
- 12) Como o Processo está acondicionado? (Pastas, etc.)
- 13) Qual o estado das salas, arquivos e estantes que armazenam esse material? Que tipo de iluminação o documento fica exposto?
- 14) O Processo Criminal está disponível à consulta? R
- 15) Quais são os cuidados tomados para a proteção e segurança do Processo Criminal quanto aos pesquisadores? R:
- 16) Qual a formação dos consulentes (pesquisadores, graduandos, curiosos)?
- 17) O processo está disponível no meio digital? Se sim, como ele é disponibilizado (e - mail, computadores do CMA...)? R:
- 18) O CMA possui dados quantitativos das pesquisas em relação ao Processo Criminal? R:
- 19) De que forma o CMA identifica a importância do processo em seu acervo? Essa importância consegue ser visualizada também na preservação e consulta desses documentos?